
MESA-REDONDA

PRÁTICA POLÍTICA E QUESTÃO RACIAL

Luiz Werneck Vianna

Sociólogo. Professor e pesquisador do IUPERJ

Entendo que o tema racial consiste num dos mais sensíveis e importantes para a constituição de uma esquerda que seja nova, capaz de se modernizar e de se atualizar nesse momento de reconstrução democrática. Aqui, minhas observações vão se fixar nas relações existentes entre a questão racial e os movimentos sociais.

Vivemos na conjuntura atual um processo muito particular, marcado pela tentativa de ocupação de um antigo regime — não um antigo regime no sentido clássico, tal como se constituiu na Rússia czarista e na França da época da revolução de 1789, mas um antigo regime dirigido e conduzido por elites com um projeto de modernização num contexto político autoritário. Creio ser importante enfatizar isso a fim de precisar melhor a natureza do momento político que vivemos.

A esquerda brasileira não tem sido capaz de trabalhar olhando numa perspectiva histórica a questão das chamadas minorias. Digo “chamadas minorias” porque, como se sabe, a mulher não é minoria em nossa sociedade e, parece-me, que em nenhuma outra. A questão da mulher e do negro foram, na chamada práxis da esquerda brasileira, subsumidas a uma problemática classista, na medida em que se entendia, pelo menos até os anos 50 e 60, que a questão da dominação

exercida sobre estes segmentos sociais tenderia a ser resolvida através da luta geral pela emancipação das classes dominadas, particularmente da classe operária. Emancipando-se a classe operária, criar-se-iam as condições para que todas as outras emancipações sociais e políticas pudessem ser efetivadas, como a da mulher e do negro.

O processo de transição que vivemos do antigo regime para uma situação democrática tem apresentado especificidades sobre as quais gostaria de me deter um pouco. É claro que a luta política, em particular a luta de classes, segue cumprindo um papel muito importante e, em alguns casos, determinante na nossa sociedade. Contudo, registramos a emergência de um conjunto de movimentos sociais de natureza difusa com uma problemática puramente social e não política, movimentos que atuam hoje de forma muito desenvolvida e com grande vocação para o crescimento. O movimento feminista está nesse caso, assim como o movimento dos negros. Circunstância que se diferencia notavelmente do momento político anterior, quando movimentos sociais, como estes, eram vistos principalmente através de uma perspectiva apenas política em sentido estrito. Na questão da mulher, por exemplo, se distinguiam na luta comum feminista as mulheres de classe alta das de classe baixa, a mulher trabalha-

dora da não-trabalhadora, a burguesa da operária. Hoje, ao contrário, verifica-se que o movimento feminista envolve todas as mulheres, independente da sua posição de classe e de outras estratificações socialmente dadas. O que vale é a identidade do gênero mulher.

Penso que o mesmo ocorre no movimento negro — ou tende a ocorrer na medida em que este movimento social, embora tenha evidentemente uma expressão política em seu fim, não se manifesta de um modo imediato na arena política, não se deixa politizar, não se deixa partidarizar. A força desses movimentos decorre precisamente dessa transformação por que passam, isto é, da transcendência do ângulo classista. Manifestam-se agora como movimentos de natureza supra-estrutural, cultural. Neste sentido, aprofundam a força do seu impacto político, na medida em que atuam sobre todas as dimensões da vida social. Principalmente nos temas que são compreendidos na chamada questão da reprodução social da nossa sociedade, das formas de reprodução da dominação, que também são formas de reprodução social, cultural.

A luta emancipatória desses movimentos sociais tem um sentido revolucionário implícito, exatamente porque ela opera na arena cultural, afetando, aí, formas autoritárias e discriminatórias que estão presentes na reprodução da sociedade brasileira. Com isso, não estou querendo dizer que o tema da revolução perdeu o sentido entre nós, e deva estar ausente da lógica de orientação dos movimentos sociais. O que quero dizer é que esta transição do autoritarismo para a democracia ocorre num contexto muito particular, em que não temos mais no horizonte a conquista política através de um assalto militar ao aparelho do Estado. A modernização social e econômica destas últimas décadas, levada a cabo num contexto autoritário, se impôs a plenitude da ordem capitalista, trouxe consigo a complexificação e a dife-

renciação da sociedade civil. Sociedade civil emergente, cuja organização e mobilização recentes pressiona por transformações democráticas na forma do Estado, na vida política e na configuração dos movimentos sociais.

Movimentos sociais que crescentemente adquirem autonomia da política organizada, inclusive dos partidos políticos. Menos específicos, tornam-se difusos, processo que, vale lembrar, não se constitui como uma singularidade brasileira, mas universal. O movimento feminista é particularmente exemplificativo disso. Não é um movimento de um partido, nem identificado com uma classe social, perpassando a sociedade como um todo, disso derivando a sua força e seu impacto transformador. Os comunistas italianos chegam a dizer em documento oficial que a emancipação das mulheres se identifica com a emancipação de toda a sociedade, numa evidente aproximação com a célebre afirmação de que a classe operária se libertando, libertaria toda a sociedade.

Numa sociedade como a nossa, *mutatis mutandis*, podemos dizer que a emancipação cultural, moral, intelectual, econômica e política dos negros tem um sentido muito semelhante a este. O autoritarismo brasileiro evidentemente se baseia numa determinada forma de economia, o chamado capitalismo autoritário brasileiro. Tem, porém, fundamentos culturais muito poderosos. A estrutura patriarcal da nossa sociedade, a subordinação da mulher e as formas de exercício de discriminação sobre os homens de cor na nossa sociedade também são um dos suportes da síndrome autoritária brasileira. Nesse sentido, as lutas que se estabelecem tendo como eixo a questão racial não dizem respeito apenas aos homens de cor; dizem respeito a todos os democratas, na medida em que não há como pensar em democratizar de modo conseqüente e radical a nossa sociedade sem resolver a questão da cidadania plena dos homens de cor. Num país como o nosso,

a questão negra é uma das questões centrais, como a questão da mulher também o é, para a conquista de uma sociedade plenamente democrática.

Não quero dizer que deva haver uma neutralidade no movimento classista, no movimento operário socialista e comunista, em relação a estas questões que hoje são desenvolvidas no interior de movimentos sociais difusos e autônomos. Parece-me, isto sim, que se deve corrigir a perspectiva meramente política e classista que a esquerda sempre teve ao encaminhar a luta pela emancipação da mulher e do negro através da luta de classes.

No caso, parece-me que uma política correta dos partidos de esquerda deve preservar a autonomia desses movimentos, inclusive procurar ajudá-los na sua implementação, assim como interpelar esses movimentos, aproximando-os da perspectiva da classe operária e do socialismo. Com o cuidado, porém, de evitar sua partidarização e a instrumentalização política da sua prática, a partir da compreensão de que é da natureza deles

este grau de difusão e de relativa independência que mantêm em relação à política. O fato desses movimentos se apresentarem, hoje, como puramente sociais consiste numa virtude donde extraem sua força. Suas manifestações, principalmente ao nível das superestruturas, ao nível da cultura, sinalizam para mudanças que implicam a reconstrução de toda a sociedade. Para a resolução de questões como a da mulher e do negro é necessário que criemos uma nova cidadania para todos, não apenas para os negros e para as mulheres. Questões aparentemente particulares, mas que trazem dentro de si um sentido universal. Tal universalidade faz com que esses movimentos sociais repercutam fundamentalmente ao nível das superestruturas. A luta pela emancipação feminina e do negro se constitui num tema estratégico para a luta democrática geral, mas evidentemente a força e o ímpeto, sobretudo a direção política e social, para o seu encaminhamento só pode vir, no caso das mulheres, do movimento feminista, e, no caso racial, do movimento negro dos negros. □

Wilson Barbosa

Historiador e economista. Participante do movimento negro

Em primeiro lugar, gostaria de frisar a importância da intervenção do companheiro Luiz Werneck Vianna. Ele definiu muito bem como se deve perfilar uma pessoa preocupada com as relações entre a militância de esquerda e o problema de movimentos particulares, que representam o que se costuma chamar de movimento social. Eu queria acrescentar algumas idéias sem invalidar aquilo que ele disse.

O primeiro ponto que eu queria destacar é a pouca importância ou a importância secundária que a questão racial tem dentro

da concepção do materialismo histórico, da concepção marxista. Por quê? Porque entre as categorias que o materialismo histórico desenvolveu e que considera como ferramentas primárias para explicação dos fenômenos sociais e das lutas sociais, a raça é uma categoria que não tem relevância. Podemos olhar o índice de qualquer livro ou manual de materialismo histórico e dificilmente vamos encontrar a categoria raça lá presente. Isso implica uma certa reflexão sobre o que seria raça. Sabemos que raça, no mais das vezes, tem sido definida como conjunto de mani-

feições exteriores que tipificam grupos de indivíduos.

Diante desses traços exteriores, existiriam duas hipóteses de trabalho como ferramenta inicial para discutirmos o que é raça. Primeiro, esses traços exteriores seriam expressões de traços interiores biológicos; portanto, a raça implicaria em biotipos básicos, cuja existência haveria em estado puro em raças diferentes ou em raças definidas.

A outra questão é a hipótese de poder provar que esta situação existe. Como temos encontrado em diversos estudos, grande parte das teorias explicativas da raça foi elaborada no século XIX a partir das teorias do determinismo biológico, da evolução biológica, que ignoravam a experiência concreta da formação do homem com relação ao nível da ciência que nós temos hoje. Apenas para dar um exemplo, supunha-se há cem anos atrás que a sociedade dos hominídeos, ou seja, dos pré-homens do tipo que nós constituímos, tivesse existido durante quarenta mil anos; hoje admitimos que essa sociedade existiu durante um milhão e duzentos mil ou dois milhões de anos. Então, a nossa história se constituiria apenas numa pontinha do *iceberg* da verdadeira história, vamos dizer social, dos hominídeos. Isso levou também à eliminação de certos conceitos segundo os quais esses biotipos poderiam ser isolados em estado puro mesmo com relação ao hominídeo. Chegou-se à conclusão, até o quanto se tem provado contemporaneamente, que os protótipos mais antigos de seres humanos ou hominídeos mais conhecidos se localizavam na África, mas que não é possível determinar a que raça pertenciam esses hominídeos. Depois, esses hominídeos devem ter-se entrecruzado e espalhado pelos diferentes continentes diversas vezes e, novamente, se entrecruzado como processo da história social desses hominídeos, independente do processo que pudesse tipificar uma situação de formação de raça. Dessa forma, a

questão se tornaria muito complicada e não há elementos no momento para definir protótipos puros de raça nessa ou naquela parte do mundo, sendo esses protótipos preservados em estado puro em oposição a outros grupos de raça, desde o ponto de vista genético ou de herança cromossômica.

A raça, assim, tal qual a conhecemos, não resultaria de divisões intransponíveis de tipicidades cromossômicas, mas de especialização menos importante, prolongada em ambiente geográfico diferenciado.

Vemos portanto que não parece tão absurda a concepção do materialismo histórico quando, ao formular uma hipótese de ordenação evolutiva da espécie humana organizada em sociedade, não dá relevância ao aspecto das manifestações exteriores da tipologia física dos indivíduos, mas admite que diferentes sociedades podem passar por diferentes estágios de desenvolvimento. Apenas para chamar a atenção para o absurdo do raciocínio da raça como fator primário na história, eu citaria que o estado mais antigo conhecido é o egípcio, que do ponto de vista da cultura européia seria um estado negro, enquanto que a cidade mais antiga da história seria comprovadamente uma cidade judaica, que do ponto de vista europeu pertenceria a uma cultura branca. Portanto, a discussão de cultura como prioridade, como formação de civilização do ponto de vista de raça, é uma discussão completamente sem orientação, que não conduz a resultado algum.

Agora, por que não sendo importante a questão da raça do ponto de vista prático, mesmo assim se torna ela uma categoria importante? Na medida em que o capitalismo foi inventado num continente onde predominava um grupo que correspondia ao agrupamento branco, o problema da raça começou a ser denotado quando houve a luta pelo espaço, quer dizer, quando os diversos agrupamentos brancos procuravam

ocupar outras regiões do mundo com o fim de exploração. Então a questão da raça passou a ter importância, porque, para justificar moralmente a opressão de povos, tornou-se importante a diferença que existia entre os opressores e os povos oprimidos, diferença essa muitas vezes manifestamente exterior. Isso vem colocar na ordem do dia a questão de que, na medida em que se desenvolvem as sociedades na periferia e as sociedades nas condições do colonialismo, o problema da raça vai assumindo uma importância política capital. Não houve uma preocupação do ponto de vista dos partidos revolucionários contemporâneos em dar um tratamento particular à questão da raça, porque em parte se supunha que a revolução iria ocorrer subitamente na maior parte do mundo e esse processo rápido de transformação conduziria à eliminação das contradições de tipo raça. Ora, nós sabemos que o processo não ocorreu assim e até houve mesmo a consolidação de determinadas realidades de racismo em sociedades que passaram por processo de desenvolvimento econômico, diversificação, eliminação do colonialismo etc. Assim o problema volta a ganhar amplitude.

Aqui, eu queria inserir uma questão que tem muito a ver com o problema brasileiro, e que é a falência concreta da proposta revolucionária do tipo leninista num certo momento do processo histórico do mundo contemporâneo, principalmente com relação àqueles países que viviam na periferia do capitalismo. Na medida em que as tentativas de tomada do poder por essa ou aquela via não resultaram num efeito prático imediato, isso conduziu a uma desilusão de grandes setores da militância de esquerda, que deixaram de ver no marxismo-leninismo, no marxismo ou em doutrinas socialistas uma saída que pudesse servir à libertação do seu setor social ou aos seus próprios interesses.

Por outro lado, vemos que existe um fenômeno interessante na época contemporâ-

nea, que já foi chamado de encolhimento do mundo. Hoje em dia os homens recebem mais informações do que possivelmente os partidos políticos têm condições de processar. O indivíduo liga a televisão e vê interpretado do ponto de vista da ideologia dominante o que se passa na África do Sul ou na Tailândia, Indonésia ou América Central. Isso significa que com o encolhimento do mundo os meios de comunicação se tornaram instrumentos poderosíssimos da luta ideológica e reduziram muito o poder da máquina convencional dos partidos políticos, incluindo os partidos revolucionários. Ocorre, assim, um processo de gradual despolitização nesta aldeia global em que vivemos. Quer dizer, a pessoa recebe uma mensagem dentro da sua residência por via da televisão ou do jornal que muitas das vezes não chega explicada do ponto de vista de diferentes ideologias, diferentes psicologias sociais, diferentes interpretações de interesses que essa mensagem possui. Essa mensagem chega explicada apenas de uma maneira, aquela que interessa aos meios de informação, maneira essa que está vinculada ao problema de formação de opinião pública.

Ora, sabemos que essa desilusão, esse pluriclassismo que vai caracterizar os novos movimentos sociais, não é apenas em relação aos movimentos dos partidos de esquerda convencionais ou revolucionários, é também uma desilusão com relação à própria ideologia de dominação. Aqui eu queria chamar a atenção para o problema do caráter universal e generalizado desse processo contestatório dos movimentos sociais. Eles não perturbam apenas a ordem de países capitalistas mas também a ordem de países que estão em transição para o socialismo ou que são do tipo de economia socialista. Eles não manifestam a sua desilusão apenas com relação aos partidos de esquerda existentes no Brasil ou em outros países da periferia, mas também negam a ideologia burguesa dominante

em grande parte do mundo. Conhecemos, por exemplo, o movimento contra a guerra no Vietnã, que escapou completamente das mãos da burguesia americana e que era um movimento contestatório baseado em todos os fluxos do que se chamou contracultura e que expressava uma rebeldia de setores sociais amplos, pluriclassistas e absolutamente desvinculados dos interesses da máquina que procurava formar a opinião pública naquela situação.

No caso brasileiro, vemos que, se numa certa medida, o movimento sindical brasileiro na década de setenta rejeitou o partidário tradicional de esquerda e procurou atuar como movimento social independente, verificamos que esse movimento entrou num processo rápido de politização e cada vez mais vai deixando de ser espontâneo e vai-se transformando em movimento com grandes vinculações e definições políticas. Quer dizer, ele deixa de refletir apenas os interesses de psicologia social e passa a refletir interesses de luta ideológica e de luta de classe. Eu concordo que a riqueza dos movimentos sociais está no próprio caráter social pluriclassista e pluripartidário que eles apresentam, mas não devemos deixar de ter em mente que esse movimento autônomo ou espontâneo tende, na medida em que a luta demo-

crática se aguça no Brasil, a refletir cada vez mais posições de luta de ideologia e de interesses de classe definidos dentro do movimento.

Para finalizar, eu queria frisar que o processo de encolhimento do mundo que nós sentimos não se faz apenas pelo lado da contracultura, ou das múltiplas relações que os movimentos sociais de diferentes países têm entre si, ou da identidade entre classes pobres e nações pobres, mas se faz também pelo lado da polarização. Sabemos que o mundo hoje é controlado por cerca de 3.600 multinacionais, que estão presentes em todos os países do mundo ocidental e que, muitas vezes, recebem e têm acesso até a fatias consideráveis da economia dos próprios países socialistas. Portanto, esse processo de encolhimento do mundo e de formação dos movimentos sociais do Terceiro Mundo, em relação com a luta pelo poder total ou global em todas as formas, seja a cultura, a política ou a vida social, é um fenômeno dos nossos dias. O movimento negro no Brasil está envolvido nesse processo e cada vez mais há de refletir isso, assim como os partidos políticos de esquerda têm que compreender o caráter global dessa luta e refletir também as múltiplas formas de ação desses movimentos sociais. □

Apolônio de Carvalho

Um dos vice-presidentes nacionais do
Partido dos Trabalhadores

Em primeiro lugar, quero saudar o movimento negro pela grande contribuição que vem dando à luta de nosso povo por uma sociedade democrática e livre, afirmando-se de maneira muito concreta e crescente no plano nacional, com a denúncia das características particulares do racismo em nosso país, especialmente do mito da democracia

racial. Este mito tem profundas influências e consequências na comunidade negra e em nossa sociedade. Traz o reforço do preconceito, inclusive, no interior da comunidade negra, ao mesmo tempo em que se constitui em elemento de ajuda a uma política conservadora e continuísta. Cria assim, entraves muito sérios ao movimento democrático e às

lutas libertadoras em nosso Brasil. O mito da democracia racial não limita, porém, sua influência ao interior da comunidade negra: alcança, também, outras amplas áreas da nossa sociedade, já que, em todo meio social onde a luta de classes não estabeleceu, ainda, uma ideologia anti-racista eficaz, a ideologia que predomina, também nesse setor, é a das classes dominantes. Mais ainda: é necessário destacar que essa ideologia particular do racismo, com suas novas características, pôde também influenciar, por muito tempo — e influencia, ainda —, de maneira muito sensível, a própria esquerda brasileira. Creio que seria útil sugerir, para o debate, aqui, algumas das influências que, pesando sobre a esquerda, reforçaram o mito da democracia racial e a subestimação da luta contra o racismo, no período recente.

Em primeiro lugar, a pouca aproximação da esquerda brasileira à nossa realidade, às suas características, aos problemas fundamentais de nosso tempo. Ao lado dessa pouca aproximação à realidade, o pouco empenho e a subestimação da busca e da elaboração teórica dos problemas fundamentais de nossa sociedade. Esses elementos pesaram e pesam, ainda e muito, sobre a esquerda brasileira. Pelas razões muito peculiares do seu processo de formação, pelo longo espaço de espera, do ponto de vista histórico, pela criação de condições, entre nós, para o surgimento de uma sociedade capitalista e, portanto, das classes fundamentais deste tipo de sociedade, incluindo, entre elas, nossa jovem classe operária. A esquerda brasileira cristalizou-se, sem ter uma visão clara da nossa realidade, sem um estudo sistematizado e criativo da teoria, sem um papel inovador no quadro do movimento operário socialista, anarquista e comunista que se abria no plano nacional. No quadro do racismo e de suas pressões, assumiu o dogmatismo e a tese apazadora de que a classe operária, como uma das classes fundamentais da sociedade

capitalista e como a última das classes exploradas e oprimidas neste ciclo de sociedades de classes, ao chegar ao poder, libertaria os trabalhadores e todos os oprimidos e resolveria, assim, de uma vez por todas, o problema racial. Dessa forma, a esquerda não viveu os problemas e as características particulares do racismo em nosso país, não viveu a importância fundamental desse problema, no quadro da nossa sociedade.

Hoje, temos uma situação bastante diferente. O movimento negro contribui para tornar mais clara essa realidade. E, também temos uma situação nova na vida política do país, um novo agente político e transformador, revelado nas grandes manifestações de massas, como na campanha das diretas já. Dentro desse quadro — e face ao abandono oficial das mudanças reclamadas pelo povo, abrem-se muitas possibilidades para a esquerda retomar seu papel e corrigir suas omissões anteriores.

Sem poder indicar com precisão o que se passa em outras áreas de esquerda, poderia lembrar como, há seis anos atrás, em 1980, ao organizar-se, já o Partido dos Trabalhadores abordava os problemas da nossa sociedade do ponto de vista dos trabalhadores em geral, com sua criação de baixo para cima e da tomada de posições, desde o início de sua prática política, a partir das bases. Na questão racial, o Partido dos Trabalhadores, em seu programa, marcava uma identidade quase absoluta com as bandeiras do movimento negro: o . . . “Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, dos negros e dos índios, contra toda discriminação racial, econômica, social e política. Contra a discriminação da mulher. Defesa do patrimônio cultural dos negros, dos índios e das minorias. Demarcação das terras indígenas. Reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação. Direitos ao controle do processo produtivo.” A partir daí, entretanto, pouco fizemos, o PT e o conjunto da

esquerda, em apoio aos direitos e às lutas legítimas dos nossos índios. Continua omissa em nossos planos de ação o problema nacional. Persistiram no esquecimento as grandes maiorias que marcam a nossa sociedade: mulheres, negros e menores de 19 anos. Não se avançou no combate às formas, à força e à influência do racismo no seio mesmo do nosso povo. É uma dívida muito alta e pouco edificante que as maiorias e minorias do nosso país estão chamadas a cobrar, com firmeza, ao conjunto da esquerda. O problema da prática política assume, assim, uma atualidade maior. Exerce uma pressão maior sobre a vida e a trajetória das organizações populares e exige uma decisão nova e mais ampla no plano da política. Há um fenômeno novo na tomada de consciência das forças populares, fenômeno que subestimamos, antes, na esquerda, pois recebíamos as soluções de todos os problemas já praticamente delineadas nos partidos comunistas, através de centros externos. Este fenômeno novo está muito claro a partir de 1976, 77, 78: é o fenômeno da tomada da consciência política através dos ensinamentos colhidos na prática social constante. É essa experiência política que faz nascer os partidos políticos novos e que chama os partidos antigos a reavaliarem suas orientações. Chama, também, os movimentos sociais e os movimentos populares a perceberem que, dentro do quadro geral da luta de classes, põe-se na ordem do dia e assume uma qualidade nova o problema da relação entre as formas fundamentais da luta de classes. Sente-se, cada vez mais, na prática diária, que a luta econômica e a luta social têm importância crescente. Ao mesmo tempo, entretanto, constata-se, ao embate da prática, que a luta política é a forma superior e fundamental, decisiva, entre todas as formas da luta de classes, tomadas em seu conjunto.

Chegava-se, assim, a uma conclusão abrangente, à necessidade de passar-se às for-

mas de luta política. É dessa experiência política que nasce o PT. Penso que o movimento negro tem de desdobrar bem mais ainda a sua presença no plano político, resguardadas sua autonomia e sua especificidade, no sentido de fazer valer, mais ainda, sua cultura, as suas raízes, a consciência do homem negro e sua história. E avançar, também, na definição dos elementos de uma ideologia anti-racista, a fim de verdadeiramente levar ao colapso o mito da democracia racial. Penso que poderia, ao mesmo tempo, buscar, através de todos os seus componentes, que os movimentos sociais participem também — e mais efetivamente — de suas bandeiras. E marcar mais sua presença no plano político, dentro da articulação de forças necessárias para verdadeiramente instaurar um regime de democracia efetiva no nosso país.

A esquerda ainda não definiu com precisão, de maneira autônoma, o conceito popular de democracia. Mesmo o PT, que elabora um projeto de constituição, e traz uma mensagem especial para o problema das eleições e da reforma agrária, tem ainda dificuldades na definição de uma alternativa táctica de governo, no sentido de substituir essa transição conservadora para uma transição definitivamente democrática, no interesse do nosso povo. Penso que poderíamos avaliar a fórmula de uma democracia que hoje seria uma alternativa de governo, não especificamente dos trabalhadores, porque a correção de forças não o permite; não especificamente da esquerda, porque não há ainda as necessárias condições para isso. Mas uma alternativa de governo de coalizão, com a participação crescente e a responsabilidade também crescente dos trabalhadores organizados. Unindo a pressão de baixo para cima com o controle de cima para baixo, e combinando o controle popular da gestão do estado com o avanço progressivo no sentido da própria responsabilidade e participação no poder do

estado. Esses elementos têm que contar também e fundamentalmente com a participação da comunidade negra, do movimento negro organizado, junto a todos os movimentos sociais, numa ampla articulação de forças populares e democráticas, com a prática e o avanço da qual possamos abrir caminho e

definir as relações entre democracia e socialismo, sob a visão de que o socialismo é a forma superior da democracia que queremos e vamos construir em nosso país.

O movimento negro tem seu lugar, amplo, legítimo, inadiável, nessa alternativa dia a dia mais clara. □

Joel Rufino dos Santos

Diretor do Museu da Cidade
e membro do Conselho Estadual de Cultura

Desde a minha prisão política, que amarguei de dezembro de 1972 a julho ou agosto de 1974, comecei a me perguntar sobre as dificuldades por parte da esquerda em aceitar a questão racial. Essa pergunta nasceu particularmente do contato que tive com presos comuns negros, que como todos sabem formam a maioria da população carcerária. No presídio paulista onde cumpri pena, havia um preso comum negro que me perseguiu o tempo todo com uma pergunta tremendamente incômoda. Ele queria saber qual a minha manha para estar com os terroristas ao invés de estar com os presos comuns como ele. Essa pergunta, que não tinha resposta, pelo menos resposta que pudesse ser compreendida por ele, me perseguiu até o último dia de cadeia. Esta é uma questão que nos remete diretamente ao centro do presente seminário: por que a esquerda tem dificuldade de incorporar a questão racial, e por que a questão no Brasil tem sido levada à prática pelo movimento negro num clima de hostilidade com relação à esquerda?

Para se responder, é necessário em primeiro lugar tentar uma definição do que seja movimento negro e esquerda. Não é fácil definir movimento negro em poucas palavras, mas eu diria, sumariamente, que ele pode ser repartido em movimento negro ex-

plícito e movimento negro que eu chamaria de implícito. Quer dizer, uma parte desse movimento coloca claramente, com todas as letras, que seu objetivo é combater o racismo, é, enfim, lidar com a questão das relações raciais. Outra parte desse movimento, sem colocar explicitamente, sem confessar que seu objetivo é esse, na sua prática cotidiana enfrenta a questão e trava, à sua maneira implícita, uma forma de luta contra o racismo. No sentido explícito, o movimento negro propriamente dito teria começado — com isso estão de acordo praticamente todos os historiadores do movimento — por volta de 1930, com a Frente Negra, e hoje estaria repartido em centenas de instituições, abarcando aí alguns milhares de militantes, fazendo-se representar praticamente no país inteiro. Quanto à esquerda, também é muito difícil defini-la. Desde a sua primeira definição histórica, dada no transcurso da Revolução Francesa, na Assembléia Nacional, o conceito de esquerda esticou muito e abrange hoje um sem número de acepções, de significados. Simplificando, as pessoas têm uma noção geral do que seja esquerda. Nas eleições para a Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, ninguém tem dúvida que Rubem Medina é de direita, que Marcelo Cerqueira e Saturnino Braga são de esquerda.

Enfim, é um conceito que tem uma circulação mais ou menos intuitiva. Pois bem, é desse movimento negro e dessa esquerda que estamos aqui falando.

Por que o movimento negro e essa esquerda não se dão bem? Entendo que os dois lados são responsáveis por essa hostilidade mútua. Acredito que no pensamento e no comportamento da esquerda vamos encontrar algumas causas dessa hostilidade. Quem sabe eu não esteja radicalizando um pouco, usando uma expressão um tanto forte, talvez coubesse melhor a palavra indiferença.

A esquerda brasileira cresceu e desenvolveu-se no bojo da civilização brasileira, isto é, os mesmos determinantes que vão explicar o comportamento geral da sociedade brasileira no plano da cultura das idéias filosóficas, das concepções políticas, determinam o comportamento e o pensamento da esquerda brasileira. Por mais que a esquerda tenha sido ao longo do tempo crítica com relação à sociedade e à civilização brasileira, o fato é que ela participa das idealizações fundamentais dessa sociedade.

Por exemplo, a esquerda brasileira, de um modo geral, sempre partilhou do mito da democracia racial, que começa a ser elaborado teoricamente, embora já existisse no senso comum, a partir da revolução de 30, tendo, entre seus formuladores, intelectuais de esquerda. No discurso de esquerda hoje é possível detectar com muita frequência a crença na democracia racial. Outro exemplo seriam os projetos de nação que começaram a se elaborar no Brasil mais ou menos a partir do fim do século XIX, digamos a partir do fim da guerra do Paraguai, com a participação de intelectuais de esquerda. Esses projetos invariavelmente excluíam a questão racial da sua cogitação, excluíam o negro enquanto negro do projeto de nação em si, assim como também excluíam o índio. Mais um exemplo de como a esquerda participa das idealizações gerais do pensamento con-

servador brasileiro está no processo da abolição, na maneira pela qual os intelectuais, ativistas e agitadores que se podem considerar de esquerda naquele momento, concebiam a abolição: o negro como motivo de pena e a abolição como sendo o resgate de uma dívida para com o negro.

Do ponto de vista do movimento negro, quais seriam os fatores explicativos dessa indiferença? Acredito que um desses fatores já foi mencionado aqui: é o fato de que o movimento negro de um modo geral trabalha com a categoria de raça, uma categoria suspeita, uma categoria que não resiste a uma análise nem superficialmente científica. A raça efetivamente é um conceito falido no plano científico e as lideranças intelectuais negras, de um modo geral, salvo poucas exceções, trabalham com esse conceito. O apelo das lideranças negras à comunidade negra se faz pela categoria de raça, que é uma categoria evidentemente superada cientificamente. É claro que do ponto de vista de um intelectual de esquerda, de um marxista, essa categoria, por definição suspeita e falsa, vai gerar uma hostilidade, uma indiferença, um desprezo pelo discurso do movimento negro enquanto tal.

Entendo, também, que há um paradoxo na questão das relações raciais: o movimento negro é um discurso sobre as relações raciais, além de ser evidentemente uma atitude diante das relações raciais como elas se apresentam no Brasil, quando raça não existe. É um paradoxo, é um absurdo, é um contra-senso que tratemos de relações raciais quando raça não existe. Tenho a impressão de que esta contradição gera uma indefinição, como se fosse um buraco negro, para usar uma analogia que todos são capazes de perceber, onde submergem todos os esforços para se conseguir um plano de entendimento entre movimento negro e esquerda.

Gostaria de abordar ainda algumas questões que ao meu ver são bastante delicadas

nessa relação entre a esquerda e o movimento negro, entre o pensamento de esquerda e a questão racial. Uma primeira questão delicadíssima é a questão da nação brasileira. Acredito que o Brasil seja um exemplo quase perfeito de nação inconclusa. A expressão não é minha, mas é perfeita para designar o processo de formação da nação brasileira. O Brasil é uma nação efetivamente inconclusa e acho que qualquer bom estudante de história seria capaz de demonstrá-lo com fatos históricos. Por exemplo, as forças armadas brasileiras só se constituem tardiamente no fim do século XIX ao terminar a guerra do Paraguai e às vésperas da liquidação do Império. A própria concessão da cidadania à maioria da população brasileira é muito tardia no Brasil mesmo que a independência com relação à metrópole portuguesa se tenha dado em 1822: a abolição do trabalho escravo, que corresponde à concessão de uma meia cidadania, só ocorre em 1888. A ligação entre o povo que vive no Brasil e o patrimônio territorial ainda não se consumou; apesar de todas as tentativas nessa direção, parece-me que ainda está muito longe de ser alcançada.

Reforma agrária no Brasil ainda derruba governo, ainda é capaz de mobilizar contra qualquer governo, por mais conservador que seja, forças poderosíssimas da sociedade. Chegamos a 1985 com uma população que na sua esmagadora maioria não tem nenhuma relação com o patrimônio territorial. Ora, essa questão da nação inconclusa é ao meu ver uma questão delicada aí nesse processo de relação entre esquerda e movimento negro, entre pensamento de esquerda e questão racial, porque, de modo geral, tanto o pensamento de direita quanto o pensamento de esquerda não incluem nas suas elaborações teóricas esse dado essencial que é a inconclusividade da nossa formação. Essa questão precisa ser deslindada, aprofundada e discutida para que, de alguma maneira,

esquerda e movimento negro comecem a se aproximar.

Outra questão também delicada é a da interação racial e étnica. O marxismo nos ensinou que a interação fundamental na sociedade é a interação de classe. Acontece, entretanto, que apenas recorrendo à interação de classe tem sido difícil explicar um bom número de fenômenos que nos desafiam. É fato que os formuladores principais da teoria marxista não tiveram condições históricas de se debruçar sobre outras formas de interação, particularmente sobre a interação racial. Nas páginas dos clássicos do marxismo, pouquíssima coisa vai se encontrar a respeito da categoria de raça. Essa questão evidentemente precisa ser superada. Esse obstáculo teórico precisa ser superado para que o diálogo entre esquerda e movimento negro possa se estabelecer.

Finalmente, quero lembrar uma questão delicadíssima que tem surgido nesses últimos anos nas relações entre pensamento de esquerda e questão racial, que é o que se convencionou chamar de crise mundial. Do ponto de vista brasileiro ou, por outra, circunscrevendo a questão da crise mundial ao universo brasileiro, temos tido, de um modo geral, duas posições antagônicas a esse respeito: de um lado aqueles que supõem que a crise brasileira seja uma crise superável dentro das concepções político-ideológicas vigentes, ou seja, aqueles que entendem que o universo político ideológico atual tem as fórmulas capazes de solucionar a crise brasileira; e de outro se encontram aqueles que suspeitam que não seja possível resolver a crise brasileira dentro desses parâmetros políticos. De um modo geral, acredito que o movimento negro se coloque nessa segunda posição, ainda que de maneira embrionária. Percebe-se que ultimamente intelectuais e lideranças do movimento negro tentam encontrar no universo das culturas negras elementos

que lhe permitam formular uma proposta de superação da crise brasileira, fora desse conjunto visível de concepções ideológicas que aí estão. Simplificando, a questão é saber se

a crise brasileira vai ser resolvida com ou sem a contribuição original dos negros. Essa é uma questão fundamental na relação entre movimento negro e esquerda brasileira. □